

MARÇO 2024

75ª EDIÇÃO

# GAZETA DO POVO

REVISTA

Foto: Agência EFE

## Bolsonaro na mira

Como a PGR deve preparar a denúncia contra o ex-presidente por suposta tentativa de golpe

Editorial: o velho truque da esquerda de acusar e desqualificar

Racha no PCC desperta temores de violência nas ruas e nos presídios

# Índice

Editorial: Insultos vazios **03**

---

Daniel Lopez: Guerra a laser – Star Wars da vida real? **12**

---

Jocelaine Santos: Eleições não são prova de que um país é democrático **20**

---

Como a PGR deve preparar a denúncia contra Bolsonaro **26**

---

Racha no PCC desperta temores de violência nas ruas e prisões **46**

---

Corrupção no Paraná tem acordo judicial e presidente “intocável” na Assembleia **59**

---

Quase 40% dos donos de carros elétricos pensam em trocá-los **75**

---



**USUÁRIO DE ANDROID:** PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



*Presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann. | Foto: Joédson Alves/Agência Brasil*

## EDITORIAL

# Insultos vazios

Na vida política, existem os fatos como eles são na realidade e existe a guerra da propaganda, atualmente referida muitas vezes como guerra de narrativas. No plano nacional e nas unidades da Federação – estados e municípios –, a

atividade política é exercida pelo conjunto de partidos em funcionamento, pelos políticos com mandatos outorgados pelo voto popular, e pelos burocratas instalados na máquina estatal. Esses são os agentes políticos que operam segundo certos meios de ação, a exemplo das instituições estatais e os recursos extraídos da população via tributos, tudo regulado pela Constituição Federal, as Constituições estaduais e as milhões de leis e normas governamentais que constituem o corpo de leis do país.

Embora os partidos formem uma sopa política de difícil conceituação, já que em termos de rigor científico é quase impossível definir a linha ideológica e as crenças dos partidos e seus integrantes sobre vida, economia e sociedade, costuma-se enquadrar os partidos em quatro grupos distintos: direita, centro-direita,

centro-esquerda e esquerda. Observando a prática diária dos partidos políticos e de seus agentes eleitos para o Poder Executivo e o Poder Legislativo, nota-se uma espécie de bagunça ideológica, terreno fértil para a prevalência de interesses pessoais, favores, trocas espúrias e o desinteresse dos políticos por questões teóricas, linhas de pensamento e de valores morais.



*O velho truque do “acuse-os do que você faz e xingue-os do que você é” tornou-se prática obsessiva e repetida diariamente por legendas de esquerda.*

De qualquer forma, a sociedade entende a distinção entre o pensamento e a visão sobre a vida, o governo e a sociedade segundo as quatro estruturas. Porém, a guerra da propaganda se dá

em alto grau de pobreza intelectual, com farto uso de insultos e tentativas de desqualificação de adversários e de tudo quanto não está de acordo com o pensamento do falante. Em especial, a esquerda e seus diversos partidos, no Brasil e no mundo, especializou-se em xingar os adversários de nomes e rótulos supostamente negativos que descrevem características mais semelhantes às da própria esquerda.

O velho truque do “acuse-os do que você faz e xingue-os do que você é” tornou-se prática obsessiva e repetida diariamente por legendas de esquerda, principalmente pela aplicação dos insultos “fascista”, “nazista” e “genocida” contra seus adversários e contra partidos que não são de esquerda. No caso do vocábulo “nazista”, ou os esquerdistas não têm a menor

ideia do que realmente significa ou apenas o usam de forma intencional e desonesta contra seus desafetos políticos. Já o regime fascista tem como ingredientes um governo autoritário, que é dono de algumas dezenas de megaempresas estatais (de preferência em regime de monopólio), associado a algumas dezenas ou centenas de megaempresas privadas e alguns megabancos, como instrumento para controlar a política, o aparato estatal, a economia e as principais estruturas produtivas nacionais.



*Prática igualmente comum da esquerda e, especialmente do PT, é acusar de “genocida” o governo anterior.*

Embora seu funcionamento seja mais sofisticado que o desta breve definição, o fascismo mantém a aparência de uma economia de mercado ao deixar a cargo da sociedade privada os milhões de pequenos negócios, embora, no fim das contas, tudo esteja subordinado ao tacão político e regulatório do sistema estatal. Quando Lula interfere diretamente na Petrobras, tenta interferir no Banco Central, busca meios de colocar Guido Mantega na presidência da megaempresa privada Vale (a antiga estatal Vale do Rio Doce), coopta grandes bancos e se alia a grandes empreiteiras (muitas delas com histórico de corrupção comprovada), ele e seu governo estão agindo nos moldes da economia fascista.

Mas, para confundir a população, Lula e outros petistas – como a presidente do partido, Gleisi



Hoffmann – afirmam que “fascistas” são os outros, como os empresários do agronegócio e a obsessão preferida do partido, o ex-presidente Jair Bolsonaro. Na onda intervencionista e na tentativa de regular ao máximo a vida econômica, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, anuncia políticas que interferem diretamente no funcionamento de aplicativos de transporte e entregas de refeições ou encomendas, práticas distantes do capitalismo de livre comércio e próximas da economia fascista.

Prática igualmente comum da esquerda e, especialmente do PT, é acusar de “genocida” o governo anterior; no início do governo Lula, quatro deputados federais do PT acusaram formalmente Bolsonaro e a ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Damares Alves de “genocídio” contra o povo yanomami – mortes, sem dúvida, lamentáveis e que devem ser prevenidas e combatidas por qualquer governo. Porém, passado o primeiro ano do atual governo, surge a informação de que 2023 terminou com a notificação de 363 mortes de indígenas da etnia – aumento de 20 mortes ou quase 6% na comparação com 2022. Pela lógica da esquerda, o atual governo não seria, então, um governo genocida?

É nesse cenário que o governo e seus aliados de esquerda, apoiados por parte do parlamento e por alas do Poder Judiciário, praticam atos antidemocráticos em nome de salvar a democracia, e empreendem ações de cores fascistas enquanto atiram esse rótulo sobre seus adversários. Pode ser que as narrativas e as atitudes do governo, seu partido e seus aliados

esquerdistas enganem alguma parcela da população, mas é cada vez maior o número de pessoas que sabem serem os acusadores o maior perigo para a democracia, as liberdades políticas e a economia de mercado. Afinal, no ano passado, Lula declarou em alto e bom som: “Nós não ficamos ofendidos por sermos chamados de comunistas (...) Ser chamado de socialista ou comunista nos dá orgulho e, às vezes, a gente sabe que merecemos sermos chamados assim”. Ora, isso é uma confissão explícita de quem eles são e em que acreditam.



[Voltar ao índice](#)



*Imagem ilustrativa. | Foto: Divulgação/Wang Guoyun/eng.chinamil.com.cn*

## OPINIÃO

**Daniel Lopez**

# Guerra a laser: Star Wars da vida real?

Estamos numa semana de novidades muito preocupantes com relação ao destino do planeta. O Institute for the Study of War (ISW),

um importante think tank baseado nos EUA, anunciou que a Rússia está mudando seu foco da guerra na Ucrânia para um conflito de longa duração com a OTAN (composta por 32 países). A conclusão foi baseada em indicadores financeiros, econômicos e militares vindos de Moscou. O estudo comentou uma declaração recente do presidente polonês Andrzej Duda, que havia anunciado que Putin estava transformando o sistema russo para uma “economia de guerra”, de modo que estivessem preparados para enfrentar a OTAN a partir de 2026. O ISW acredita, porém, que o confronto possa ocorrer muito antes do que a maioria está prevendo, em linha com o documento do exército revelado recentemente pelo jornal Bild, segundo o qual Putin atacaria a Estônia (país membro da OTAN) já em julho deste ano.

Em meio a essa confusão, o vice-presidente da Duma Federal, Pyotr Tolstoy, deu uma entrevista pesadíssima para o canal de notícias francês BFMTV. Ele disse ao entrevistador: “Não nos importamos com Macron, não nos importamos com o que Macron diz, não nos importamos com as restrições de Macron e vamos matar”. O entrevistador então comentou: “A França continua sendo uma potência nuclear, você se lembra disso?”. A resposta do representante russo foi pesada: “Sim, isso mesmo, com 200 mísseis... E mataremos todos os soldados franceses que chegarem em solo ucraniano, porque, hoje, durante o conflito ucraniano, já existem 13 mil mercenários lá. Destes, 367 são franceses, dos quais 147 já foram mortos. Por outras palavras, 147 cidadãos franceses foram mortos na Ucrânia. E vamos matar todos eles, não se

preocupe”. Isso, sem esquecer que, diante da insistência de Macron de mandar soldados franceses para a Ucrânia, Putin afirmou que a França passaria a ser um alvo possível da ofensiva russa. Cabe observar que, segundo um relatório da inteligência de Moscou, a França está se preparando para enviar 2 mil homens para a Ucrânia. O nível de tensão cresce a cada dia.



*Muito provavelmente, uma terceira guerra mundial não seria exatamente da forma como imaginamos.*

Para tornar o cenário ainda mais tenso, o responsável pela defesa britânica, Ben Wallace, afirmou que a presença de soldados britânicos

em solo ucraniano não está descartada. Isso, numa semana em que o exército britânico reconheceu que possui armas lasers em seu arsenal. A princípio, seriam equipamentos para derrubar mísseis e aeronaves. Israel também já havia revelado seu novo sistema de defesa aérea, o Iron Beam. Ao contrário do Iron Dome, que derruba projéteis inimigos com mísseis lançados do solo, o novo sistema abate os mísseis inimigos com raios laser de energia direcionada.

A versão britânica do equipamento se chama Dragon Fire, e custa apenas 13 dólares por uso, uma enorme economia quando comparado ao uso de projéteis tradicionais, que custam cerca de 2 milhões de dólares por disparo. Mas muitos não descartam que eles não possuam apenas um sistema antiaéreo, mas também equipamentos



localizados no ar que podem atingir alvos em solo. Isso nos lembra aquele programa norte-americano lançado oficialmente em 1983 chamado “Iniciativa Estratégica de Defesa” (em inglês, Strategic Defense Initiative, SDI). O programa, que passou a ser conhecido popularmente como “Star Wars”, foi desenvolvido na gestão de Ronald Reagan e tinha o objetivo de construir um sistema de defesa baseado em armas espaciais, que teriam a capacidade de proteger os Estados Unidos contra um ataque nuclear. Como sabemos que a tecnologia bélica mais avançada apenas chega ao conhecimento público 30 anos depois – conforme dados trazidos por Annie Jakobsen no livro *The Pentagon’s Brain* – surge uma pergunta: seriam esses equipamentos a laser que estão sendo apresentados ao público hoje apenas a revelação de um projeto de 41 anos

atrás?

Quando estudamos o projeto “Star Wars” dos anos 80, aprendemos que a iniciativa – considerada inviável na época – previa um gasto de 200 bilhões de dólares e duas décadas para ser concluído.

Será que o projeto não foi apenas uma operação psicológica para induzir os russos a gastarem fortunas no desenvolvimento da guerra espacial, o que teria levado a União Soviética a falir devido aos enormes gastos militares? Seria a Space Force, criada em 2019 por Donald Trump, a conclusão deste projeto de Reagan? Estaria a Space X de Elon Musk envolvida no projeto bélico espacial norte-americano?

São perguntas difíceis de responder, mas que nos mostram que, muito provavelmente, uma

terceira guerra mundial não seria exatamente da forma como imaginamos.



**Autor:** Daniel Lopez é jornalista, formado pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É doutor em Linguística (UFF), mestre em Linguística (UERJ), bacharel em Teologia (UMESP) e licenciado em Letras. Tem especialização em Teoria da Arte, Crítica de Arte, Filosofia, Sociologia e Antropologia. Foi professor

nas áreas de Filosofia da Educação, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e de Linguística, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É pastor na Igreja Bola de Neve Sede, na cidade de São Paulo, desde 2014. É escritor, tradutor e professor universitário. Mantém o canal no YouTube "Daniel Lopez" e o site [www.daniellopez.com.br](http://www.daniellopez.com.br).



[Voltar ao índice](#)



*O ditador reeleito da Rússia, Vladimir Putin. | Foto: EFE*

## OPINIÃO

**Jocelaine Santos**

### **Eleições não são prova de que um país é democrático**

Seguindo à risca o que todo mundo já sabia, Vladimir Putin foi reeleito presidente da Rússia, com direito a 87% dos votos dos eleitores

russos – um sinal de aprovação esmagadora do povo, caso estivéssemos falando de um país democrático. Como se trata da Rússia, é só o resultado de uma farsa infame que confirma o quão ditatorial é o atual regime russo.

A mera existência de eleições nem de longe indica a existência de uma democracia. É comum, inclusive, que ditaduras e autocracias recorram a eleições de fachada para dar um verniz “democrático” a um regime. É relativamente fácil transformar uma eleição numa farsa, desde que se tenha as ferramentas certas para isso – como a máquina estatal. Quanto mais o Estado, através de decisões unilaterais de seus governantes ou de suas instituições, interfere, molda, restringe, condiciona, enfim, se intromete indevidamente no processo eleitoral, mais riscos à democracia.



*O que se tem na Rússia hoje é uma máquina estatal muito bem azeitada para fazer os russos “votarem bem”, ou seja, votarem sempre em Putin.*

Todo país possui um regramento que rege seu sistema eleitoral, mas isso não se confunde com o que ocorre em países como a Rússia, onde a liberdade política e de expressão, se ainda não morreram de vez, estão feridas de morte. Não é preciso lembrar o quão repressivo o regime de Putin é contra opositores e jornalistas que se ousam criticar e questionar os rumos do governo russo. A morte do líder da oposição russa, Alexei Navalny, na prisão em fevereiro deste ano é só um dos inúmeros exemplos de como o regime de Putin trata opositores.

Na Rússia, não se pode nem mesmo falar em invasão da Ucrânia ou usar a palavra guerra. Por lá, o que o exército russo faz é só uma “operação militar especial em Donbass” e coitado de quem chame de outra coisa. A censura faz parte do dia a dia e veículos que não seguem a cartilha da agência reguladora das comunicações no país, Roskomnadzor, são simplesmente fechados, suspensos ou multados. Sob alegação de “divulgar informações não confiáveis”, o Roskomnadzor já restringiu o acesso dos russos até ao Google Notícias.

As regras eleitorais, claro, são reescritas e interpretadas de acordo com a vontade do governo. As sucessivas reeleições de Putin são um exemplo: foi ele mesmo quem conseguiu alterar a legislação russa para permitir que

pudesse ser reeleito novamente em 2024. Já para opositores, as regras tentam dificultar ao máximo as candidaturas, que ainda podem ser barradas a qualquer momento, por motivos nem sempre claros, pela Comissão Eleitoral Central, uma espécie de TSE russo.

O que se tem na Rússia hoje é uma máquina estatal muito bem azeitada para fazer os russos “votarem bem”, ou seja, votarem sempre em Putin.

Em meio a um ambiente assim, onde não existe espaço para o debate livre de ideias, com exposição de posições políticas diversas, onde criticar o governo é crime, opositores são impedidos de participar das eleições, e eleitores não têm acesso a informações que não sejam



previamente filtradas pelo governo, nunca uma eleição poderá ser considerada democrática. E o fato de outras ditaduras, como a China e a Venezuela, se apressarem em parabenizar o resultado das eleições russas é só mais uma prova disso.



**Autor:** Jocelaine Santos é jornalista. Foi repórter na Rádio CBN Ponta Grossa (PR), assessora de imprensa e professora universitária. Hoje é editora na Gazeta do Povo. Escreve semanalmente sobre liberdade de expressão e democracia. \*\*Os textos da colunista não representam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



*“Golpe é tanque na rua, é arma, é conspiração. Nada disso foi feito no Brasil”, disse Jair Bolsonaro sobre acusação de golpe | Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil*

*Suposta tentativa de golpe*

## **Como a PGR deve preparar a denúncia contra Bolsonaro**

Por Renan Ramalho

Criminalistas que acompanham de perto a investigação sobre a suposta tentativa de golpe de Estado, no fim de 2022, entendem que a

Procuradoria-Geral da República (PGR) já tem indícios suficientes para denunciar Jair Bolsonaro (PL) pelo crime no Supremo Tribunal Federal (STF). Ponderam, porém, que isso não significa, necessariamente, que haja elementos para uma condenação do ex-presidente.

Para três advogados da área consultados pela Gazeta do Povo, os procuradores tendem a buscar mais provas, sobretudo que impliquem Bolsonaro diretamente no ato de 8 de janeiro de 2023, em que houve invasão e depredação das sedes dos Três Poderes em Brasília.

Dentro da PGR, que tem a palavra final para acusar ou não Bolsonaro, a ordem é de máxima discricção neste momento. Quem cuida do caso internamente não dá pistas sobre o momento, a forma e a viabilidade de uma eventual denúncia.

Mesmo nas manifestações sobre o caso enviadas ao STF, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, tem sido econômico nas palavras e evita antecipar qualquer juízo. Embora tenha apresentado algumas ressalvas na investigação – foi contra, por exemplo, a proibição de contato entre Bolsonaro e o presidente do PL, Valdemar Costa Neto – ele tem avalizado quase todas as diligências requeridas pela Polícia Federal e autorizadas pelo ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito no STF.

Entre ministros do STF, a expectativa é que a investigação da PF seja concluída ainda neste semestre. Só depois disso a PGR pode formular a denúncia.

Para criminalistas ouvidos pela reportagem, se a PGR optar pela denúncia, a tendência é que

trace uma linha cronológica que reúna alguns fatos públicos e outros revelados na investigação que demonstrem que, muitos meses antes da eleição, Bolsonaro já cogitava e preparava uma tentativa de reverter sua derrota nas urnas.

Uma peça-chave desse enredo é o vídeo da reunião ministerial, ocorrida em 5 de julho de 2022, em que Bolsonaro prevê que perderia para o então candidato petista Luiz Inácio Lula da Silva e pressiona seus ministros a questionar o processo eleitoral conduzido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sob o argumento de que seria impossível aferir a lisura das urnas eletrônicas.

Na reunião, o então ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, tratou o tribunal como “inimigo”, e o então ministro do Gabinete de

Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, afirmou que era preciso “virar a mesa” antes das eleições e “agir contra determinadas instituições”.

Muito antes disso, Bolsonaro já questionava a integridade da votação eletrônica. Durante o mandato, disse algumas vezes que teria sido eleito no primeiro turno em 2018, e em 2021, numa entrevista à imprensa transmitida ao vivo, em que anunciaria “provas” de fraude, mostrou vídeos da internet em que eleitores reclamavam de supostos desvios nos votos como "indícios" de fraude. Em julho de 2022, ele reuniu embaixadores para lançar novas dúvidas sobre as urnas e a imparcialidade do TSE.

A PGR também deverá usar na denúncia contra Bolsonaro fatos até então desconhecidos, mas

agora revelados na investigação da Polícia Federal, para robustecer a acusação de que o objetivo sempre foi anular a eleição de Lula. Dentro desse rol estão:

- o texto de um decreto em que Bolsonaro instituiria um Estado de Defesa no TSE para “garantir a preservação ou o pronto restabelecimento da lisura e correção do processo eleitoral presidencial do ano de 2022” – que vem sendo chamado de "minuta do golpe". A investigação da PF aponta que, embora o documento não tenha assinatura, o ex-presidente revisou o texto para prever a prisão de Moraes;
- mensagens do ex-ajudante de ordens Mauro Cid que indicam que Bolsonaro teria buscado apoio do Exército e de forças

especiais (os “kids pretos”) para executar a prisão – alguns diálogos mostram que um coronel monitorava deslocamentos do ministro no fim de 2022;

- depoimentos do ex-comandantes do Exército, Freire Gomes, e da Aeronáutica, Carlos de Almeida Baptista Junior, em que relatam reuniões com Bolsonaro e Paulo Sérgio Nogueira, para avaliarem o plano – mensagens do ex-chefe da Casa Civil Walter Braga Netto também indicam que eles sofriam pressão, dentro das Forças Armadas, para avalizarem uma intervenção;
- conhecimento e possível apoio, por parte de Bolsonaro e Braga Netto, das manifestações de apoiadores em frente aos quartéis em favor de uma intervenção – há vídeos registrando aparições públicas de Bolsonaro



e Braga Netto na época, em frente ao Palácio da Alvorada, reconhecendo os atos, bem como mensagem de Cid oferecendo apoio financeiro.

## **PF tenta ligar falsificação de cartão de vacina à investigação sobre tentativa de golpe**

Na terça-feira (19), ao indiciar Bolsonaro por falsificar cartão de vacina contra a Covid, o delegado Fabio Shor escreveu que essa e outras ações investigadas – dos “ataques” a opositores políticos e a integrantes de instituições nas redes sociais até à suposta apropriação de presentes dados à Presidência – visavam a “garantir a permanência no poder”. Segundo a PF, Bolsonaro e seu entorno integrariam associação criminosa para cometer vários delitos com esse objetivo.

A falsificação do cartão de vacina, nas palavras do delegado, “pode ter sido utilizada pelo grupo para permitir que seus integrantes, após a tentativa inicial de Golpe de Estado, pudessem ter à disposição os documentos necessários para cumprir eventuais requisitos legais para entrada e permanência no exterior (cartão de vacina), aguardando a conclusão dos atos relacionados a nova tentativa de Golpe de Estado que eclodiu no dia 08 de janeiro de 2023”.

**Outros pontos que podem ser ligados à narrativa sobre tentativa de golpe**

Para Gabriel Frias Araújo, advogado, professor e mestre em Direito pela Unesp, há um “ideário comum” por trás de fatos mais recentes que culminaram nos ataques ao STF, ao Congresso e ao Palácio do Planalto em 8 de janeiro de 2023 –

ato que a PF, a PGR e os ministros do STF já consideram como tentativa de golpe, definido no Código Penal, como a tentativa de “depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído”.

Exemplos disso são a declaração de Bolsonaro de que não cumpriria ordens de Moraes, durante discurso em 7 de setembro de 2021, na avenida Paulista (embora tenha recuado do posicionamento dois dias depois); a fiscalização reforçada da Polícia Rodoviária Federal em estados do Nordeste no segundo turno da eleição de 2022; o vandalismo contra a PF em Brasília no dia da diplomação de Lula, em dezembro, após a prisão de um indígena que protestava contra o presidente eleito; a tentativa de explodir um caminhão-tanque antes do Natal naquele ano; bem como as

manifestações em frente ao quartel-general (QG) do Exército em Brasília, de onde partiram os “executores” do 8 de Janeiro.

Para Araújo, no entanto, a PF ainda deve buscar os elos de ligação entre todos esses eventos.

“Acho que já existem elementos para a fazer denúncia, estão tentando encontrar um rastro que leva uma coisa à outra”, diz. “A PF espera encontrar elementos de fato que liguem tudo isso ou pessoas que participaram de todos esses atos. Não eram coincidências. Vai se chegar a algum nome ou nomes. A questão vai ser individualizar condutas, para que cada um responda na medida do que colaborou”, diz o advogado, que já defendeu réus na Operação Lesa Pátria, que apura os financiadores e instigadores do 8 de Janeiro. Ele supõe que houve alguém que determinou a invasão.

“Em algum momento houve um gatilho. Resta saber quem foi que deu início e a mando de quem. Os manifestantes estavam se mobilizando e organizados desde o resultado das eleições. Enquanto isso, o presidente fazia reuniões a portas fechadas, trabalhou antes e depois das eleições, e certamente sabia que as pessoas estavam na porta dos quartéis”, opina.

Antonio Carlos de Freitas Jr., mestre em Direito Constitucional pela USP, também considera que os elementos colhidos na investigação, até o momento publicizados, são suficientes para uma denúncia, mas não necessariamente para uma condenação de Bolsonaro.

“Não são provas cabais. Não quer dizer que ele vai ser condenado, nem estou dizendo que ele seja culpado. Uma vez denunciado, ele terá o direito de ampla defesa e contraditório para

gerar provas [em seu favor]. Mas vejo que já há indícios suficientes para materialidade: houve tentativa de golpe", pondera.

É o que também entende Acacio Miranda, mestre em Direito Penal Internacional pela Universidade de Granada.

Para ele, a PF ainda deve tentar encontrar elementos mais robustos da participação de Bolsonaro no 8 de Janeiro.

“Há indícios de materialidade e autoria suficientes para a denúncia, mas não para condenação. Precisamos levar em consideração que, processualmente, essas provas serão analisadas sob o crivo do contraditório. Se elas vão se sustentar na ação penal, não sei”, diz o advogado.

## **O que Bolsonaro já disse sobre o caso**

Bolsonaro sempre negou qualquer tentativa de golpe e diz que não tomou nenhum ato concreto para permanecer no poder – ao contrário, diz que seu governo colaborou para a transição para a nova gestão de Lula e que ele mesmo nomeou os comandantes das Forças Armadas escolhidos pelo novo presidente.

"Golpe? Que golpe? Onde estava o comandante? Onde estavam as tropas, onde estavam as bombas?", disse Bolsonaro em fevereiro do ano passado, em entrevista ao jornal "The Wall Street Journal" sobre o 8 de Janeiro. Ele destacou que na data estava nos Estados Unidos.

Em junho, ele declarou que não tinha conhecimento da minuta do decreto de Estado de Defesa encontrada na casa do ex-ministro da

Justiça Anderson Torres. “Não tive conhecimento. Não existe golpe com respaldo jurídico. Golpe é pé na porta e arma na cara, meu Deus do céu. Golpe tem que depor alguém. [Artigo] 142, GLO, tudo isso são remédios previstos na Constituição. (...) Golpe não tem papel, tem fuzil. Dá pra entender isso?”.

No último dia 25 de fevereiro, em discurso na avenida Paulista, ele voltou a questionar a acusação de golpe. “Golpe é tanque na rua, é arma, é conspiração. Nada disso foi feito no Brasil. Por que continuam me acusando de golpe? Porque tem uma minuta de decreto de Estado de Defesa. Golpe usando a Constituição?”, disse.

Uma discussão a ser travada no processo, já sinalizada pelo próprio Bolsonaro, diz respeito às fases de uma conduta criminosa. Pelo direito



penal brasileiro, são quatro: cogitação, preparação, execução e consumação.

Exemplo fácil de entender é de um homicídio: na fase da cogitação, uma pessoa pensa em matar outra; na da preparação, arruma uma arma e planeja uma emboscada; na fase de execução, dispara o tiro ou dá uma facada; e na consumação, consegue matar a vítima.

O Código Penal diz que as duas primeiras fases não são puníveis, mas somente as duas últimas, exceto em determinados delitos muito específicos, em que a preparação já constitui um ato criminoso – caso do terrorismo, por exemplo.

Para o procurador de Justiça de São Paulo César Dario Mariano, especialista e professor de Direito Penal, com o que se sabe até o momento,

Bolsonaro parou na segunda fase e, por isso, não pode ser condenado.

“O que temos ali são meros atos preparatórios, e um planejamento falho ainda. Não houve nenhum ato de execução. As tropas foram colocadas em prontidão? Militares pegaram em armas de fogo? Carros blindados foram colocados nas ruas? Não. Os comandantes não concordaram com isso. Não teve o início da execução, então não se pode falar em crime. Não teve nada além de preparação. Houve desistência voluntária, não há tipicidade”, afirma.

Ele ainda lembra que os crimes de golpe de Estado e de abolição violenta do Estado Democrático de Direito só se configuram quando há uma tentativa com emprego de “violência ou grave ameaça”. “Qual foi a

violência ou grave ameaça concreta? Alguma instituição ou alguma pessoa foi ameaçada?”, indaga o procurador.

Para ele, só é possível denunciar e condenar Bolsonaro se ficar provado que ele teve participação no 8 de Janeiro. “Ele tem que ter planejado, induzido ou sido responsável por todas as pessoas estarem lá, ou conversou com empresários para financiarem isso. Tem algo nesse sentido? Tem meras suposições”, diz.

Já para Antonio Carlos de Freitas Jr. e Acacio Miranda, se ficar provado que Bolsonaro tentou convencer os comandantes do Exército e da Aeronáutica a aderir ao Estado de Defesa no TSE, para rever o resultado da eleição, estaria caracterizada não uma preparação, mas um ato executório do golpe.

“O tipo penal que estamos tratando usa como verbo ‘tentar’. Então, não podemos exigir que para a configuração do delito, tivesse que estar presente conseguir derrubar o governo legitimamente eleito ou mudar o Estado Democrático de Direito. E a cogitação teria que ser muito fora do plano da realidade. Teria que ser algo como ‘pensei’, ou ‘foi uma brincadeira’, ou ‘foi uma conversa que falaram e logo rechacei, tomei medidas concretas para que não ocorra’. O fato de ter ciência, falar sobre a minuta com autoridades públicas, ver pessoas organizando as manifestações e executando, como no caso do 8 de Janeiro, mostra que houve atos executórios, não preparatórios”, opina Antonio Carlos de Freitas Jr.

“A gente pune o terrorismo da mesma forma que a tentativa. Se o golpe de Estado fosse

consumado, não haveria punição”, argumenta Acacio Miranda.

A expectativa entre ministros do STF é que eventual denúncia da PGR seja apresentada ainda neste ano, depois que a PF concluir as investigações sobre essa suspeita.

Uma prisão preventiva, por enquanto, está fora do horizonte, a não ser que Bolsonaro seja acusado de atrapalhar as investigações. A prisão para cumprimento de pena, em caso de condenação, só pode ser efetivada após a sentença e julgamento de dois recursos no próprio STF.



[Voltar ao índice](#)



*Briga interna no PCC gera risco de violência fora dos presídios | Foto: Valter Campanato / Agência Brasil / Arquivo*

Crime organizado

## **Racha no PCC desperta temores de violência nas ruas e prisões**

Por **Guiliano Cartaxo**, especial para a *Gazeta do Povo*

A liderança que Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, exerce no PCC (Primeiro Comando da Capital) está sendo contestada por

alguns membros da cúpula da facção criminosa. A profundidade do racha na organização ainda não está clara, mas já está motivando assassinatos de criminosos leais a diferentes líderes do grupo fora dos presídios. Ao menos dois casos foram registrados e autoridades de segurança de todo o país estão em alerta para uma possível escalada da violência entre criminosos dentro e fora das prisões.

Policiais que integram o serviço de inteligência do Departamento Penitenciário Nacional, subordinado ao Ministério da Justiça, e fontes do Judiciário confirmaram à reportagem a disputa pelo poder na facção.

Segundo eles, tudo começou após o vazamento de uma gravação de áudio em que Marcola debocha de um de seus principais "generais" -

Roberto Soriano, o "Tiriça", número dois na hierarquia da facção. A conversa teria sido gravada com autorização judicial, mas, sem o conhecimento de Marcola, e repassada amplamente dentro do primeiro escalão da organização criminosa.

Soriano teria acusado Marcola de traição, por ferir as regras do grupo, e tentou tomar o poder para si. Ele teria inclusive arquitetado um plano para tentar matar o agora rival. O plano só não deu certo porque a "rua", como são chamados os faccionados que estão em liberdade, não concordou com a troca de comando.

O criminoso era um dos principais parceiros de Marcola. Responsável por algumas das ações mais violentas da facção, teria partido dele a



ordem para executar três policiais penais entre os anos de 2016 e 2017.

Alex Belarmino de Souza foi executado com 23 tiros, em setembro de 2016, em Catanduvas, no Paraná. No ano seguinte, em abril, foi a vez de Henri Charle Gama e Silva, assassinado em Mossoró, no Rio Grande do Norte. A terceira morte foi a de Melissa de Almeida Araújo, psicóloga do presídio de segurança máxima de Catanduvas e que morava em Cascavel (PR). Ela foi executada em maio de 2017, na frente da filha recém-nascida.

Outra versão para o racha é que Soriano e ao menos outros três membros da cúpula do PCC teriam acusado Marcola de ser um "delator", decidido expulsá-lo da facção e decretar sua morte. Em resposta, Marcola teria acusado os

quatro de traição e ordenado que fossem mortos.

Marcola, Soriano e outros membros da cúpula do PCC estão presos na Penitenciária Federal de Brasília, mas, em tese, não seriam capazes de manter contato uns com os outros por causa do regime de isolamento que vigora na unidade prisional. As lideranças do PCC foram enviadas para presídios federais em 2019.

O promotor Lincoln Gakiya, que atua no caso, disse à TV Bandeirantes no dia 19 que a política de isolar as lideranças tinha como um dos objetivos cortar a cadeia de comando e eventualmente provocar uma divisão interna na facção. Segundo ele, além de Marcola e Soriano, ao menos outros três criminosos estariam

envolvidos na disputa de poder, que começou a resultar em violência nas ruas.

Um dos criminosos assassinados é um homem apontado pela polícia como um dos chefes do tráfico de drogas no Guarujá, litoral paulista. Ele foi executado em uma lanchonete, no bairro de Vicente Carvalho, em 17 de março. Segundo testemunhas, um homem em uma moto seria o autor dos disparos. Não está claro a quem ele era ligado na cúpula da facção.

O outro crime ocorreu no dia 24 de fevereiro, na Grande São Paulo. A vítima do ataque seria um dos chefes de uma célula do PCC responsável pelo tráfico de drogas, maior fonte de receitas da facção. Ele foi morto enquanto caminhava pela calçada, acompanhado da esposa e da enteada. Ambas ficaram feridas no ataque. O

criminoso assassinado seria um dos homens leais a Marcola.

Agentes federais e membros do Judiciário tentam agora monitorar os desdobramentos da disputa de poder para tentar conter uma eventual onda de violência.

### **Analistas divergem sobre a possibilidade de "guerra interna" no PCC**

Para o especialista em Ciências Criminais e diretor da Comissão de Segurança Pública da OAB-DF, Marco Costa, esse racha na cúpula do PCC pode ser um dos motivos para que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (PL), tenha estendido por tanto tempo a operação “Verão” na Baixada Santista, que já deixou ao menos 47 suspeitos mortos. Todos

com ligações com o crime organizado, segundo a Secretaria de Segurança de São Paulo.

"É possível, sim, que esses confrontos tomem conta de outras regiões do país, já que existem membros do PCC em todos os estados brasileiros. A principal vítima dessa guerra, com certeza, é a população de bem, que é maioria nas regiões mais carentes do país, sendo utilizada como escudo para a ação dos bandidos", destacou Costa.

Já o procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo Márcio Sergio Christino, autor do livro "Laços de sangue: A história secreta do PCC" (Ed. Matrix, 2017), acredita que ainda é cedo para falar em guerra interna na facção. Segundo ele, ainda não existe uma sinalização da expansão de conflitos, uma vez que o

isolamento das lideranças em presídios federais tem dificultado a articulação do grupo. “Pode ser que ocorra [a guerra interna no PCC], mas, até o momento, essas ações estão sendo muito pontuais. Também não foi detectado nenhuma grande movimentação dentro do sistema prisional que indique esse acirramento”, explicou Christino, que foi um dos primeiros membros do Ministério Público a investigar a facção.

“O PCC é essencialmente tráfico. A repressão se confunde com o combate ao tráfico. Reprimir o PCC é combater o tráfico de drogas, e o Brasil precisa decidir o que realmente pretende nesse sentido”, acrescentou o procurador.

Considerado pelas autoridades a maior facção criminosa em atividade no país, o PCC tem

aproximadamente 40 mil integrantes espalhados por quase todos os estados brasileiros. Segundo a Interpol, o grupo já é a oitava maior organização criminosa do mundo, com um faturamento médio anual de cerca de US\$ 1,2 bilhão.

A desembargadora Ivana David, do Tribunal de Justiça de São Paulo, acompanha o crescimento do grupo desde a sua criação. Hoje, a maioria dos processos relacionados aos 22 líderes da facção que cumprem penas em presídios federais passam por sua mesa. Ela confirma a existência de uma disputa por poder na cúpula, que se arrasta há mais de uma década e foi marcada por execuções dos dois lados da guerra.

Mas, segundo a jurista, essa fissura não seria suficiente, por exemplo, para dividir a organização e criar uma facção dissidente. “Eu duvido que os perdedores dessa disputa pensem em criar uma nova facção. O PCC não permitiria. Hoje, a força da organização é muito grande. Qualquer um que tentasse desafiá-los seria sentenciado à morte. São Paulo é diferente do restante do país, onde encontramos às vezes três, quatro facções dividindo territórios. Como no Rio de Janeiro, por exemplo, onde as milícias se uniram a traficantes. Um grupo é o dono do dia, o outro é o dono da noite. Aqui em São Paulo isso não existe”, afirmou a desembargadora.

O Ministério da Justiça afirmou à reportagem que mapeia e acompanha as organizações criminosas no Brasil com um largo trabalho de



combate ao crescimento das mesmas. "Por questões de segurança, o MJSP não divulga dados do mapeamento que é realizado pela pasta", afirmou a assessoria de imprensa do ministério.

Ivana David fez questão de relembrar a onda de ataques coordenada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) em maio de 2006, logo após a decisão do governo paulista de transferir 763 detentos ligados ao PCC para a Penitenciária 2 de Presidente Venceslau, unidade de segurança máxima. A Sintonia Fina, grupo que reúne os principais líderes da facção, ordenou atentados contra alvos civis e de segurança pública, que logo se espalharam pelo país. Em menos de dez dias, o “salve” já havia deixado um saldo de 564 mortes (505 civis e 59 agentes públicos).

“Naquele tempo, a facção não tinha o tamanho, a força e as armas que possui hoje. Eles contavam com a metade dos integrantes que possuem atualmente. Uma nova onda de ataques seria algo terrível. Muito pior do que vimos em 2006”, alertou a desembargadora. “Por outro lado, uma guerra contra o Estado seria péssima para os negócios da organização criminosa. Eles sabem disso. Um ataque ao povo seria um ataque ao Estado, que seria obrigado a revidar. E isso o PCC não iria querer”, disse Ivana David.



[Voltar ao índice](#)



*Aliado de Ratinho Jr., Traiano confessou que recebeu propina e mantém a “ficha limpa” para 2026 | Foto: Arnaldo Alves/Agência de Notícias do Paraná*

**Propina, poder e silêncio**

## **Corrupção no Paraná tem acordo judicial e presidente “intocável” na Assembleia**

Por Rafael Fantin

A renovação de um contrato de prestação de serviços na Assembleia Legislativa do Paraná

(Alep), em 2015, é responsável pelo maior escândalo de corrupção na gestão do presidente Ademar Traiano (PSD-PR), deputado estadual que comanda a casa há nove anos. Desde dezembro do ano passado, ele está no centro da crise desencadeada após a revelação de um acordo judicial firmado durante as investigações de cobrança de propina na Assembleia Legislativa.

Para ser beneficiado por um Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), instrumento legal que impediria um processo criminal por corrupção passiva, Traiano confessou a negociação e o recebimento de propina no valor de R\$ 100 mil, acertado com o empresário Vicente Malucelli, para continuidade do contrato de serviços para produção de conteúdos na TV Assembleia. Além do

presidente da Alep, o ex-deputado Plauto Miró também recebeu a quantia como propina, de acordo com a delação de Malucelli, confirmada pela dupla de investigados no acordo com Ministério Público do Paraná (MP-PR), que teve a homologação do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR).

Apesar do ANPP ser previsto pela Justiça Colaborativa sem mecanismos que impeçam a publicidade, as provas anexadas ao processo de corrupção contra o presidente do Legislativo paranaense são mantidas em "sigilo absoluto" pelo judiciário estadual até o momento, mesmo depois do pedido do MP-PR pela publicidade do caso, que se tornou público no final do ano passado. O deputado estadual Renato Freitas (PT-PR) anexou os termos do acordo em um processo de defesa por quebra de decoro

parlamentar, denúncia de autoria de Traiano por ter sido chamado de corrupto durante bate-boca no plenário em outubro de 2023.

Na defesa, o petista justificou que Traiano confessou o recebimento de propina no acordo com o MP-PR para se livrar do processo. Sendo assim, não havia calúnia ao se referir ao presidente da Alep como corrupto. Em dezembro, a RPC TV, G1 e o jornal Plural tiveram acesso aos termos do acordo e publicaram as primeiras notícias sobre a admissão do caso de corrupção. As notícias, no entanto, foram de início retiradas do ar por uma liminar judicial que barrou a divulgação do caso, atendendo a pedido de Traiano e Miró. Foi o estopim para a crise dentro da Assembleia Legislativa paranaense marcada pelo silêncio,

seja pelo segredo de Justiça imposto ao processo ou pela omissão dos deputados estaduais.

A censura durou cinco dias e a liminar caiu em análise de segunda instância. No entanto, o acordo firmado por Traiano e Miró com o MP-PR só se tornou público no início de fevereiro, ainda que com a manutenção do "sigilo absoluto" dos vídeos de depoimentos e áudios do processo. Até que, esta semana, o conteúdo se tornou público em uma série de reportagens da RPC TV e G1, que revelam os diálogos gravados por Vicente Malucelli e os vídeos da delação do empresário e de depoimentos de outras testemunhas.

Segundo a RPC TV e o G1, Malucelli afirmou que uma parte do pagamento foi feita dentro do prédio da Alep, em dinheiro vivo no gabinete de

Traiano, no valor de R\$ 50 mil. A outra metade foi paga com cheques no condomínio onde o deputado estadual reside em Curitiba. A orientação do parlamentar era de que esses cheques, dois de R\$ 20 mil e um de R\$ 10 mil, fossem depositados na conta de uma oficina mecânica no interior do Paraná.

Além disso, as provas processuais indicam que Traiano recebeu os valores da propina antes de Plauto Miró e deu orientações ao empresário que a informação não fosse revelada ao colega ex-parlamentar, que participou da negociação da propina para renovação do contrato com a TV Icaraí. Na delação, Vicente Malucelli alegou que se sentiu coagido a pagar a propina como se fosse doação de campanha com a anuência do presidente do grupo empresarial, Joel Malucelli. Segundo o delator, o presidente Ademar



Traiano afirmou durante ligação telefônica que era para o "Joel abrir o bolso", conforme as reportagens da RPC TV e G1.

## **Governador adota postura de isenção e TJ-PR protagoniza malabarismo judicial**

Beneficiado pelo sigilo do processo, pela inércia dos deputados estaduais e com aval do PSD, partido do governador aliado Ratinho Junior (PSD-PR), Traiano começou o novo ano legislativo na cadeira de presidente da Alep, que ocupa desde 2015.

Em fevereiro, o governador do Paraná foi questionado pela Gazeta do Povo sobre a permanência de Traiano na principal cadeira do Legislativo após a confissão de propina e respondeu que não é "analista" das decisões de

outros poderes. "Não posso ficar aqui como se fosse analista de outro poder. Cabe à Assembleia [tomar medidas]. Meu relacionamento com a Assembleia é muito bom, espero que continue assim, pois é um relacionamento republicano. Eu respeito a Assembleia, respeito a Justiça e eles nos respeitam também", respondeu Ratinho Junior.

O PSD Paraná, presidido pelo próprio Ratinho, defende que não existe nenhum processo contra Traiano que justifique a punição do parlamentar, fato que é repetido por aliados. No entanto, o impedimento da abertura do processo penal por corrupção é uma consequência do acordo homologado pela Justiça, que exigiu pagamento de multas e ressarcimento do dinheiro desviado por Traiano

e Miró, totalizando R\$ 743 mil, além da confissão do crime.

Durante o recesso parlamentar, o TJ-PR protagonizou uma malabarismo judicial que evitou o levantamento do sigilo das provas do processo, entre elas, as gravações telefônicas e os vídeos da delação do empresário Vicente Malucelli. Segundo a tramitação do processo, que se tornou público em fevereiro, o desembargador responsável pelo caso assinou a extinção de punibilidade de Traiano e Miró no dia 17 de janeiro e também atendeu ao pedido da Procuradoria-Geral de Justiça pelo levantamento do sigilo das provas anexadas ao processo.

Em seguida, a autorização foi despachada para uma secretaria do TJ-PR, que respondeu ao

desembargador que não possuía "competência para realizar o levantamento do sigilo" no sistema eletrônico de processos, o Projudi, o que deveria ser feito exclusivamente pelo próprio magistrado. O relator do caso Traiano saiu de licença no dia 19 de janeiro e retornou de férias no dia 8 de fevereiro. Neste período, Traiano e Miró foram favorecidos por uma nova decisão judicial pela manutenção do sigilo das provas, assinada pelo desembargador do TJ-PR Luiz Mateus de Lima. Assim, apenas os termos do acordo se tornaram públicos, nunca as provas.

Pressionado, Traiano adota o silêncio para não ser obrigado a prestar esclarecimentos ao ser questionado pela imprensa. Na única coletiva de imprensa desde o início da crise na Alep, o presidente da Casa declarou que o dinheiro

recebido se trata de "doação de campanha" e que sua conduta está assegurada pela lei.

"Eu continuo afirmando que foi uma doação de campanha, e o acordo que eu fiz é dentro da legalidade, não respondo a nenhum processo na esfera tanto do Ministério Público quanto do Tribunal de Justiça. Estou com a consciência tranquila, fiz aquilo que a lei me permitiu, estou assegurado pela lei e tudo o que se fala por aí não está em consonância com aquilo que a legislação permitiu fazer", disse Traiano antes de abandonar a coletiva durante os questionamentos da imprensa.

Nesta semana, o presidente da Alep tenta adotar o discurso de que o assunto foi encerrado pela Justiça, apesar das revelações da série de reportagens da RPC TV e do G1, que mostram

como Traiano negociou o recebimento da propina com o empresário Vicente Malucelli em troca da renovação do contrato de serviços na TV Assembleia.

"O deputado Traiano reafirma que formalizou um acordo junto ao Ministério Público, o qual foi homologado pelo Poder Judiciário e plenamente cumprido por sua parte. Conforme a legislação em vigor, o assunto está encerrado", afirma a nota enviada pela assessoria do presidente da Assembleia.

### **Corrupção no Paraná: cobranças isoladas, denúncia arquivada e fim da reeleição**

Desde o final do ano passado, o deputado Fabio Oliveira (Podemos-PR) tem usado a tribuna para cobrar a renúncia de Ademar Traiano. No

discurso da última terça-feira (19), ele lembrou que a maioria dos parlamentares prefere a isenção quando o assunto é a presidência da Casa, que perdeu a credibilidade após a confissão de negociação e recebimento de propina.



*"As provas estão aí. A maioria dos meus colegas deputados não irá se posicionar. O sistema é forte. Não é à toa que o sigilo ainda não foi derrubado de fato, e graças ao jornalismo pudemos ter acesso à verdade".*

"É uma vergonha a Alep ser presidida por quem praticou corrupção", criticou Oliveira, que ainda ressaltou a importância da cobertura da

imprensa, apesar das tentativas de censura e cerceamento de informações.

Articulada por Renato Freitas, desafeto de Traiano na Alep, a oposição iniciou o recolhimento de assinaturas para a "CPI da TV Assembleia" nos primeiros dias após fim do recesso no Legislativo. Mas o requerimento só teve adesão de parlamentares de partidos de esquerda, principalmente do PT, e não conseguiu as 18 assinaturas necessárias.

Freitas também foi autor de uma denúncia contra Traiano por quebra de decoro parlamentar no Conselho de Ética da Alep, sob a justificativa de que o pedido e recebimento de propina não seriam atitudes compatíveis com o cargo de deputado estadual.



Em uma sessão esvaziada, sem a presença da suplente de Freitas, a deputada Ana Júlia (PT-PR), o Conselho de Ética aprovou o parecer do relator Matheus Vermelho (PP-PR) e arquivou o processo que poderia até culminar na cassação de Traiano. Vermelho justificou que não é possível realizar a investigação por quebra de decoro pelo fato denunciado ter ocorrido em uma legislatura anterior.

Assim, Traiano permanece na presidência da Assembleia Legislativa do Paraná pelo quinto mandato consecutivo, garantido em 2022 após decisão favorável do Supremo Tribunal Federal (STF). Na sessão de terça-feira, o deputado Luiz Cláudio Romanelli (PSD-PR) apresentou um projeto de lei para alterar três artigos do Regimento Interno da Alep. Entre as mudanças, está a limitação de apenas uma reeleição para os

cargos da Mesa Diretora e torna individual a votação, que, atualmente, é realizada por meio de chapas para o comando da Assembleia.

Se o projeto for aprovado, a "era Traiano" chegaria ao fim na presidência da Casa. O parlamentar, no entanto, ainda seguirá com o mandato de deputado estadual até 2026, quando poderá disputar a reeleição nas urnas. A extinção de punibilidade, em decorrência do acordo judicial, mantém Traiano como "ficha limpa", apesar da confissão, ressarcimento e pagamentos de multas pela prática de corrupção.



[Voltar ao índice](#)



*Pesquisa nos EUA mostra redução na satisfação dos motoristas com os carros elétricos. | Foto: Pixabay*

**Estados Unidos**

## **Quase 40% dos donos de carros elétricos pensam em trocá-los**

Por Raphaela Ribas

Uma pesquisa realizada nos Estados Unidos revelou a insatisfação de parte dos motoristas

com os carros elétricos. As principais queixas são em relação a qualidade e custo dos automóveis, e a escassez de carregadores públicos é a reclamação que mais piora a experiência.

A insatisfação é maior entre os novos proprietários. Segundo a pesquisa, 48% dos que compraram veículo elétrico pela primeira vez consideram trocá-lo por um modelo híbrido no futuro, e 39% afirmam estarem dispostos a optar pelo híbrido ou até mesmo voltar para um automóvel movido a combustão.

Entre os consumidores que já eram donos de carros elétricos – mais habituados, portanto –, 38% responderam que estariam dispostos a fazer a troca por um híbrido e 19% consideram a mudança para um híbrido ou a combustão.

Outro destaque do estudo é que, segundo relatos dos motoristas, os carros elétricos mais populares apresentam menos problemas que os chamados "premium".

O levantamento foi realizado pela empresa de análise de dados e inteligência do consumidor J.D. Power em parceria com o aplicativo PlugShare, que localiza estações de carregamento para automóveis elétricos para os motoristas. A pesquisa foi conduzida de agosto a dezembro com 4.650 donos de carros elétricos de modelo 2023 e 2024.

Brent Gruber, diretor-executivo para carros elétricos na J.D. Power, explicou, em nota divulgada pela empresa, que a cobrança do público cresce no ritmo da eletrificação, e o mercado deve estar atento a isso.

“O aumento no mercado de veículos novos, refletido pela quantidade de novos modelos, é um passo notável na transição para a eletrificação. Mas, ao mesmo tempo, o declínio na satisfação com a disponibilidade de carregamento público deve servir de alerta, porque a preocupação com o acesso à cobrança pública é uma das principais razões pelas quais muitos compradores rejeitam atualmente carros elétricos”, diz Gruber.



[Voltar ao índice](#)

## PARA SE APROFUNDAR

- [Luciano Trigo: Placar do PL da Anistia mostra país dividido entre a compaixão e o ódio](#)
- [Perspectiva de novas invasões do MST pode atrapalhar aproximação de Lula com agro](#)
- [Dívida do governo só cresce, mas Lula quer licença para gastar mais](#)
- [As consequências da hipersexualização na vida de crianças e adolescentes](#)
- [Explode a revolta dos cubanos contra a ditadura](#)
- [Brasil Paralelo aposta alto em série original sobre a história do comunismo](#)

## COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

## EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva dos Reis. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

## APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice